



# V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



FÓRUM PAULISTA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

<b>Nome da atividade: PLENÁRIA ESTADUAL DE SÃO PAULO</b>		
<b>Local:</b> COOPERINCA -Cajamar	<b>Data:</b> 24 a 26 de Agosto de 2012	
<b>Nome dos integrantes da Comissão Organizadora da Plenária:</b> Maíra Cavalcanti Rocha, Rosana Aparecida Rocha, Paulo Edson de Oliveira (Índio), Vera Lúcia Ubaldino Machado, Carlos Salles, Thamiris Felipe Rosa, Clarice Alves Madureira, Fernando Santos, Renato S. Martins, Luciano Siqueira Mina, Leonardo Pinho, Bruno Simões, Yolanda Rodriguez Prates, Luiz Antonio Rodrigues dos Santos, Digenir Fugaza, Thiago Custódio, Robson Grizili, Valdir Ferreira, Antonio Silvestre, Claudineis Oliveira, Isabel Cristina Alves, Maria Aparecida dos Reis Adriano.		
<b>Representante da Comissão Organizadora presente (Nacional ou Estadual):</b> João Lopes do Nascimento Neto (Coordenação Executiva - SE)		
<b>Responsável ou responsáveis por finalizar este relatório:</b>  <b>Nome: Tania Maria da Silva</b> E-mail: <a href="mailto:tania.ciat@gmail.com">tania.ciat@gmail.com</a> Telefone: (13) 9757-2585 <b>Nome: Taís Cristina Canola</b> E-mail: <a href="mailto:tcanola@codeagro.sp.gov.br">tcanola@codeagro.sp.gov.br</a> Telefone: (13) <b>Nome:Thaís Silva Mascarenhas</b> E-mail: <a href="mailto:thaismas@yahoo.com">thaismas@yahoo.com</a> Telefone: (11) 98121 5188 <b>Nome: Maíra Cavalcanti Rocha</b> E-mail: <a href="mailto:mairarocha75@hotmail.com">mairarocha75@hotmail.com</a> Telefone: (11) 98555 5633		
<b>Público</b>		
<b>Total de participantes:</b> 101	<b>Mulheres: 65</b>	<b>Homens: 36</b>
<b>Detalhar a partir da lista de presença</b>		
<b>Empreendimentos: 56</b>	<b>Organizações de assessoria: 25</b>	<b>Órgãos de governo: 20</b>
<b>Movimentos sociais presentes na Plenária (citar):</b> MNCR, Movimento Indígena, Movimento de Moradia, Mulheres e Saúde Mental & Economia Solidária.		
<b>Programação realizada:</b>  <b>24 de agosto de 2012 - Sexta-feira:</b> 18h - Credenciamento. 19h 30min - 20h - Acolhimento. 20h 45min - 21h 15min - Apresentação da Comissão Organizadora da Plenária Estadual de Economia Solidária. 21h 15min - 22h - Aprovação do Regimento Interno da Plenária Estadual. 21h 10min - 22h - Espaço de convivência  <b>25 de agosto de 2012 - Sábado:</b> 8h - 8h 30min - Café da manhã. 9h - 10h - Linha do tempo da Economia Solidária em São Paulo. 10h - 12h - Conjuntura Política do estado de São Paulo. <i>Convidados: Dep. Simão Pedro</i> 12h - 13h 30min - Almoço. 13h 30min - 14h 30min Plenárias Locais: síntese, balanços, conjuntura e		



## V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



FÓRUM PAULISTA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

indicativos.

14h - 16h30min - Orientação Política (1) - 7 Grupos de Trabalho.

16h30min - 17h - Café da tarde

17h - 18h - Orientação Política (2) - Socialização dos Grupos de Trabalho, na Plenária.

18h - 19h - Orientação Política (3) - Debate e finalização das propostas, na Plenária.

19h - 20h - Jantar.

20h - 21h - Retorno do levantamento das delegações - confirmação de listagem para a Nacional e definição de metodologia para redistribuição de vagas.

### **26 de agosto de 2012 - Domingo**

8h - 8h 30min - Café da manhã:

8h 30min - 10h 30min - Orientações de Organicidade: 7 Grupos de Trabalho.

11h - 12h 30min - Orientações de Organicidade: Socialização dos Grupos de Trabalho, na Plenária.

12h 30min - 13h 30min - Almoço.

13:30h - 14:30h - Orientação Política (3) - Debate e finalização das propostas, na Plenária.

14h 30min - Orientação Política - **encaminhamento**: elaboração de cartas ao movimento da economia solidária, aos movimentos sociais e à sociedade.

14h 30min - 15h30min - Apresentação dos/as delegados/as para Plenária Nacional de Economia Solidária e Encerramento.

15h 30min - 16h 30min - Café e saída das delegações.

### **Breve relato de sobre como ocorreu a Plenária (incluindo se houve colaborador/a convidado/a):**

A V Plenária de Economia Solidária etapa estadual no Estado de São Paulo foi organizada pela comissão acima citada, em parceria com o Fórum Paulista de Economia Solidária.

A metodologia praticada envolveu uma preparação/organização na chegada das delegações, um café com prosa, em seguida a acolhida aos participantes e a abertura oficial no auditório pela comissão organizadora.

### **Sexta Feira 24 de agosto de 2012**

A abertura contou com uma rodada de apresentação (nome, local e expectativa) a frente da plenária e colagem das expectativas no quadro (ver anexo - relatório expectativas)

Composição da mesa - comissão organizadora (Paulo, Máira, Rosana, Luciano, Clarice, Vera, Carlos, Thamiris, Fernando e Yolanda)

Para iniciar, Paulo relata a realização das nove Plenárias regionais e como foram feitas as eleições dos 20 delegados em cada regional, mais duas regionais que fizeram Plenárias de mobilização sem direito a eleger delegados, mas podendo indicar um observador com direito a voz e sem direito a voto. Para responder à demanda da Plenária Temática de Formação foram disponibilizadas algumas vagas para a Rede de Formadores para indicar observadores.

Seguindo foi feita a leitura do regimento interno pelo Paulo Índio com alguns destaques:

1 - Debate conflitante na plenária sobre o critério dos observadores, sendo apresentadas as propostas: 1) Abrir a oportunidade para que observadores referendados nas plenárias regionais se inscrevam ainda nessa plenária. 2) Manter o critério apresentado pela comissão organizadora que vem sendo seguido



desde o início até o momento, de os observadores serem indicados nas plenárias de mobilização, e/ou nas Redes de Formação. As propostas foram colocadas em votação: 1ª 32 votos; 2ª 37 votos; e 4 votos de abstenção.

2 - Questão de representação étnica - o representante de empreendimento indígena, diz representar um grupo de 44 aldeias no Estado de SP solicita garantia de maior participação de seu povo na plenária nacional, questionando se essa representação está de fato sendo atendida. A mesa esclarece que há proposta de se realizar uma plenária setorial de etnodesenvolvimento para garantir o atendimento a essa demanda. Essa discussão abriu precedente para se pensar a questão da representação dos delegados da Plenária nacional, e foi sugerido então, a criação de uma comissão composta com um representante de cada regional, que realize um mapeamento de todas as situações referente a essa questão, discutam e apresentem propostas de critérios para reordenar a delegação para a nacional.

3 - Acrescentou-se o nome comissão ao grupo de registro e sistematização e ao grupo de mapeamento das pendências.

4 - Remanejamento na distribuição da carga horária das atividades dos dias 25 e 26-08-2012, diminuindo o horário de início do café e demais horários, para permitir maior dinâmica no processo de discussão e definição dos delegados para Plenária nacional, e terminar os trabalhos desta Plenária um pouco antes permitindo a participação da maioria até o final.

5 - Alteração na proposta de elaboração das três cartas para apenas uma que será encaminhada aos movimentos da ECOSOL, dos movimentos sociais e da sociedade.

#### Sábado, 25 de agosto de 2012

No dia 25 as atividades se iniciam com apresentação artística, em seguida o GT metodologia apresenta a dinâmica do trabalho sobre a linha do tempo, com dez minutos para as regiões conversarem e resgatarem ações relevantes referente ao tema ECOSOL. Cada regional relata as ações levantadas socializando a toda plenária, o que contribui para um conteúdo rico de ações no âmbito da ECOSOL (ver anexo - linha do tempo da economia solidária no estado de são paulo).

#### **Informe - Selo Estadual de Economia Solidárias**

Apresentação rápida (Leo Pinho) sobre selo e sistema participativo de certificação para os empreendimentos de São Paulo. O mesmo sistema será utilizado pelo FPES para elaboração de listagem para inserção no *cirandas*, cujo cadastramento está aberta até dezembro. Para que haja tempo hábil de envio de listagem para o FBES a lista de empreendimentos deverá ser apresentada pelos Fóruns Regionais na reunião de novembro do FPES para ratificação.

O processo de certificação deverá ser contínuo, mas após dezembro de 2012 os EES's deverão esperar o ano seguinte para solicitar a inclusão no *cirandas*

#### **Mesa - Deputado Estadual Simão Pedro**

O deputado Simão Pedro veio apresentar a lei de economia solidária aprovada no final do ano de 2011 e dos desafios para sua regulamentação (veja relato em anexo).

#### **Apresentação- síntese das plenárias locais**

Maíra apresentou documento (ver anexos) com a síntese dos temas e debates vindos das Plenárias Locais.

#### **Orientação Política do Movimento**



Orientação Política 1: Neste primeiro momento os participantes foram:

**GT 1) Margarida - Sustentabilidade:** a) Na contraposição ao capitalismo, o que realmente queremos? b) Vamos reafirmar antigas ideologias, ou queremos construir uma nova cultura política? Como descrevemos nossa cultura política? c) O que é para nós sustentabilidade? O que isto efetivamente implica quando nos relacionamos com a natureza e com o mercado capitalista? O que isto significa quando nos relacionamos dentro da economia solidária na ótica da cooperação e da solidariedade? d) O que entendemos por "bem viver"? Qual é a sua relação com emancipação e a prática de valores de cooperação e solidariedade?

Depois das apresentações, fizemos a leitura do texto proposto pela Comissão Organizadora, em seguida uma discussão aberta sobre sustentabilidade e o relato de experiências relacionadas ao tema.

As questões propostas pela Comissão balizaram um segundo momento do debate.

Pontos de discussão geral:

- Conceito de sustentabilidade. Termo aberto, em disputa, utilizado de acordo com interesses determinados. Entendemos que é um conceito amplo, que ultrapassa a ideia de preservação da natureza, mas propõe o estabelecimento de uma outra relação com a mesma, abrangendo o aspecto econômico, político, social, ambiental e cultural, de forma indissociável.
- A orientação da economia capitalista focada essencialmente na obtenção de lucro, e o conseqüente equívoco de atribuir como significado de riqueza o acúmulo de capital. Nesta concepção, as relações humanas e ambientais são colocadas como recursos para obtenção de capital: "Recursos humanos", "Recursos Naturais" e etc, sempre com o objetivo de lucro. O bem-viver não constitui a finalidade da vida neste modelo. A Economia solidária deve pressupor outra finalidade: promoção do bem-viver. Entendemos que o bem viver constitui o respeito para com o ambiente, o qual compreende uma vida harmônica entre todos os seres - com valores já preconizados pelos povos indígenas, como solidariedade, trabalho coletivo etc.

Pontos propositivos - aspectos, dimensões nas quais consideramos importante atentarmos, agirmos, desenvolvermos ações para que um modo de vida sustentável (para que uma sociedade sustentável seja construída) possa acontecer.

- Promoção do desenvolvimento territorial e estreitamento das relações para o fortalecimento da comunidade.
- Necessidade de discussão sobre o tema "mercado", sua função e importância. Precisamos fomentar outras relações de mercado, com espaços de trocas de produtos e serviços, compreender o mercado como espaço provedor da vida, e não o lucro (verificar).
- Estabelecimento de novas práticas de consumo, implicando em uma revisão de valores, e de uma educação voltada ao consumo responsável.
- Fortalecimento de espaços democráticos como Conselhos Municipais.
- Espiritualidade, estabelecimento de relações distintas com a natureza, demais formas de vida. Aproximação, aprendizagem com modos de vida de comunidades tradicionais, as quais possuem uma relação diferenciada com os seres vivos - ir contra o processo de "mercadorização" de tudo e de todos. Buscar um equilíbrio entre o tradicional e o moderno. Resgatar relações de respeito com o ambiente, de forma que o progresso tecnológico e científico estejam alinhavados com tal pressuposto.

**GT 2) Sempre Viva - Autogestão e autonomia:** a) O que entendemos por autogestão?



b) Como temos exercitado a autogestão no cotidiano: nos fóruns, nos empreendimentos e organizações? c) Há relação entre autogestão e sustentabilidade? d) Para ampliação de nossa capacidade de ação e organização, como temos renovado nossas coordenações? e) Que propostas temos para construir uma sociedade autogestionária?

**Pontos gerais discutidos:**

Autogestão: Compartilhamento da gestão do trabalho do empreendimento

Autonomia: Independência sócio política e econômica do indivíduo.

**Estratégia de discussão:**

O grupo decidiu que a compreensão sobre o que é autogestão é válida, contudo é necessário identificar a dificuldade dos trabalhadores associados em partilhar dos preceitos que regem experiências autogestionárias. Desse modo ressalta-se uma questionamento orientador das discussões:

- Como identificar dentro das dificuldades de implantação da autogestão nos empreendimentos no movimento de Economia Solidária por que os trabalhadores associados não partilham da autogestão?
  - o É necessário trabalhar com os aspectos teóricos da autogestão, mas é imprescindível identificar os gargalos para a implantação.
  - o O legado da relação econômica capitalista prioriza o culto a lideranças e perpetua a competição. Esse arcabouço influencia na ação dos trabalhadores associados no compartilhamento da gestão dos empreendimentos, uma vez que está naturalizada uma concepção de heterogestão.
  - o O condicionante histórico foi um ponto de grande destaque. A experiência de organização coletiva brasileira não teve na sua história um processo de fortalecimento da organização dos trabalhadores, diferentemente de outros países cujo processo histórico privilegiou a organização coletiva dos trabalhadores.
  - o Ressaltou também, que no Brasil existem organizações do trabalho que opera a partir de experimentações autogestionárias, como o caso de iniciativas de trabalhadores em várias regiões no Brasil, em especial a região nordeste. As situações de dificuldade extrema podem fazer surgir modelos autogestionários.

**Consideração geral do grupo sobre a autogestão**

- As grandes experiências autogestionárias devem estar presentes nos encontros locais/regionais em que elas estão funcionando. A riqueza da experiência pode servir como modelo de reflexão ao mesmo tempo criar padrões de referência para os empreendimentos econômico solidários.

**Propostas:**

- Criar um mapeamento estadual para identificar quais são as reais dificuldades dos empreendimentos para realmente por em prática a autogestão e a partir disso pensar em formação para sanar as dificuldades, sugerindo que os fóruns façam um levantamento sobre as dificuldades relacionadas a autogestão.

Conscientizar os trabalhadores sobre exploração do trabalho dentro sistema capitalista e como essa exploração aliada a degradação do trabalho são impedimentos para que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção.

**GT 3) Orquídea - Economia popular:** a) Qual o significado da economia popular para a economia solidária? b) Como nos relacionamos com a economia popular e problematizamos as "facilidades" ofertadas pelos caminhos individuais, a exemplo da inscrição do MEI (Microempreendedor Individual)? c) Quais as estratégias para ampliar nossa relação com a economia popular? Como anunciar as possibilidades da economia solidária, inclusive na construção do próprio país? d) Como denunciar as artimanhas políticas e técnicas do sistema dominante?

- Somos todos trabalhadores e precisamos fazer alianças, não separações. A



União de todos os setores trará. A união de todos os setores trará a criação do desenvolvimento local, humano, territorial e estendido, combatendo o sistema dominante.

- Proposta: divulgar as vantagens do trabalho em grupo, em rede. Conscientizar sobre a economia solidária com postos de atendimento, feiras em conjunto e valorização dos produtos dos empreendimentos;
- Fomentar a identidade de classe, trabalhador, incentivar as parceiras;
- Monção de repúdio contra a elaboração das perguntas (tendenciosas);

**GT 4) Girassol - Emancipação econômica e política dos empreendimentos de economia solidária:** a) O que entendemos por mercado? Como projetamos o que deve ser a economia? b) O que entendemos por empreendimentos emancipados de um ponto de vista público e econômico? A construção da autonomia passa pela criação de outro tipo de mercado? c) Como nos relacionamos com o mercado capitalista sem abrir mão de princípios, valores e prática da economia solidária? d) Olhando para os territórios, o quanto temos nos dedicado à organização de redes e cadeias solidárias? Quais as dificuldades encontrarmos?

Mercado:

Local onde efetivamente ocorre a troca de produtos e serviços.

Emancipação:

Para os EES emancipação se traduz por "viabilidade econômica" efetiva dos EES, ou seja a capacidade de sobreviver com o resultado da sua força de trabalho.

Relacionamento com o Mercado:

O relacionamento com o mercado deve se dar por meio da "moeda social" fortalecendo o princípios da ECOSOL sem ser cooptado pelo capitalismo.

Dificuldades Territoriais:

Os EES vêm como dificuldade a falta de investimentos em formação e educação em ECOSOL; necessidade de Legislação local de apoio e fomento para ECOSOL;

Necessidade de aprofundar parcerias com incubadoras e maior incentivo financeiro do Estado para a ECOSOL.

**GT 5) Azaléia - Território e territorialidade:** a) O que consideramos como território? b) O que fazer para fortalecer a nossa identidade e disputar o projeto político? c) Que estratégias utilizar para identificar nos territórios os atores e movimentos sociais aliados para articularmos forças que ajudem no desenvolvimento territorial, solidário e sustentável? d) Como articular a ação no território com a luta mais ampla do projeto político?

O grupo discutiu bastante o primeiro item para nivelar melhor o entendimento do que é território e territorialidade, depois deslançou nas demais discussões.

a) O que consideramos como território?

Aqui onde estamos na COOPERINCA consideramos um espaço de territorialidade, onde nos reunimos para discutir e fortalecer a economia solidária;

Um espaço de articulação onde convivem produtores, gestores/articuladores, consumidores e visitantes que passam pelo local. Por exemplo: Os Centros públicos alguns construções anteriormente particulares resgatados pela prática da economia solidária, hoje muitos sediam incubadoras, além de espaços para a comercialização tanto na parte de artesanato, alimentação, reciclagem e capacitação. Consideram dois espaços territoriais: o do produtor/artesão e do gestão que faz a parte política com foco na economia solidária que vai sendo expandida.

b) O que fazer para fortalecer a nossa identidade e disputar o projeto político?

Conhecer o território; Fazer o mapeamento das suas condições econômicas e sociais; Divulgar e integrar as ações de economia solidária no território; Desenvolver o território por meio de moedas sociais e de bancos comunitários, a exemplo do banco comunitário de Santa Eudóxia.

c) Que estratégias utilizar para identificar nos territórios os atores e movimentos sociais aliados para articularmos forças que ajudem no



desenvolvimento territorial, solidário e sustentável?

Aplicando a economia solidária pode-se encontrar outros atores e com o envolvimento se amplia. Também, ir conhecer a luta de outros movimentos sociais e participando difundir as práticas de economia solidária para agregar mais forças para articulação do movimento.

d) Como articular a ação no território com a luta mais ampla do projeto político?

Articular as ações dos Fóruns locais integradas com os Fóruns Estaduais e Nacional, em consenso com as ações do próprio território.

**GT 6) Tulipa - Diversidade. Lembrete: quando falamos de diversidades, nos referimos a gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbana, pessoa em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental. a) Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas? b) Como evidenciamos as diversidades na nossa organização, nos fóruns, empreendimentos e organizações? c) Como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras?**

**Pontos debatidos:**

Colocar "mulheres" como diversidade é um erro. Não "estou mulher", "sou mulher". Ela é estrutural na sociedade. Grupo de economia feminista vê que ES é instrumento importantíssimo para promover melhorias econômicas. Desigualdade nas relações. Violência é consequência de desigualdade entre homens e mulheres. Negro também não é diversidade. São base da estrutura da nossa sociedade o mesmo para os portadores de transtorno mental. **Desafio da economia solidária:** não colocar mulher e negro como diversidade na ES, incorporar mulher e negro como estruturante e enfrentar debates fundamentais como os espaços ocupados por cada um na sociedade e o grau de vulnerabilidade desses grupos sociais. Construir uma sociedade de cidadãos iguais com garantias de direitos.

**A) Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas?**

- Questão de não usar "diversidade" - ex: mulheres e negros não são diversidade, são estruturante.

- Como considerar a transversalidade dos movimentos sociais na economia solidária? E vice-versa? Na transversalidade da economia solidária dentro desses movimentos, a economia solidária é uma ferramenta para emancipação.

**B) Como evidenciamos as diversidades na nossa organização, nos fóruns, empreendimentos e organizações?**

Como dialogar com esses movimentos?

> estreitamento do diálogo com os outros movimentos sociais

Criação de espaços de diálogos e troca, participação de outros movimentos, Gts ...

Criar Gts desses movimentos sociais dentro da economia solidária?

Realizar seminários, discussões sobre esses temas

- Montar Gts, seminários... para homens e mulheres. Mulheres têm que se auto-organizar primeiro. Indígenas. Quilombolas.

- Aldeias têm formas de funcionar. Muitas vezes chegamos com proposta de funcionamento diferente.

Quando o Fórum paulista começou, tinha uma porcentagem de movimentos sociais que compunham a organização do fórum (mulheres, MST, catadores).

**C) Como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras?**



Unidade dos movimentos para combater as estruturas existentes.  
Economia solidária incorporar a economia feminista.

**GT 7) Maria Sem Vergonha - Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia solidária e o Estado:** a) Quais as prioridades para garantir a visibilidade da economia solidária tanto na relação com a sociedade, quanto com o Estado? b) Quais critérios temos para estabelecermos nossa relação com o Estado? Como isto se relacionou com um novo marco regulatório para a relação do Estado e com as organizações da sociedade civil? c) O que consideramos prioritário na articulação com os outros movimentos em nível nacional e internacional? d) Que prioridades definimos para nossa atuação em espaços internacionais que já participamos, a exemplo da RIPPSS e do Espaço para um MERCOSUL solidário? e) Observando a estrutura de participação no sistema público brasileiro, quais mudanças propomos?

**Propostas do grupo:**

- Aumentar a divulgação das pautas dos fóruns e compartilhar nos três níveis: municipal, estadual e federal;
- Fortalecer as bases por meio de feiras de economia solidária, feiras municipais, eventos e encontros entre grupos;
- Palestras de divulgação de programas de economia solidária nas escolas;
- Organizar eventos reunindo fóruns, palestras e feiras;

Colocando em prática essas ações já garantimos uma boa parte da sustentabilidade do movimento.

**Levantamento das delegações indicadas para a Plenária Nacional pelas regiões:**

Após o levantamento das delegações (credenciamento encerrado às 12h do dia 25/08), constatou-se que tivemos a ausência da delegação da Regional Noroeste Paulista. Computando as vagas remanescentes a Comissão Organizadora encaminhou à plenária a seguinte proposta de composição das delegações:

- Garantidas as 4 vagas disponibilizadas para cada uma das regionais presentes: 8 regionais X 4 vagas (2 EES, 2 EAF e 2 GP) = **32 vagas;**
- 1 vaga para EES remanescente para cada regional presente: 8 regionais X 1 vaga = 8 vagas + 32 = **40 vagas;**
- Contemplar os membros da comissão organizadora não delegados - 4 membros X 1 vaga = 4 + 40 = **total 44 vagas.**

A proposta foi aprovada após proposta de conciliação onde a Regional do Vale do Ribeira cedeu sua vaga remanescente para um representante de empreendimento indígena. Cada regional deve conversar e encaminhar sua lista consolidada com indicação de titulares e suplentes para ratificação em plenária no momento indicado no dia 26/08.

**Domingo, 26 de agosto de 2012**

**Orientações para a Organicidade do Movimento**

Para o debate sobre organicidade do movimento de economia solidária, foi adotada a mesma metodologia do debate para a orientação política. Os participantes se distribuíram nos mesmos 7 GT's do dia anterior e debateram as questões propostas no Documento de Questões Orientadoras. Em seguida, os 7 grupos apresentaram o resultado do debate nos grupos e posteriormente as questões para deliberação foram levadas para plenário, conforme relato a seguir:

Orientações para a Organicidade - resultado dos grupos de trabalho



**Grupo 1: MARGARIDA**

Relato:

- Natureza - mantém deliberação da IV Plenária
- Estrutura e funcionamento - apresenta demanda de debater a participação do segmento 'gestores' na estrutura dos fóruns;
- Comunicação e troca de experiências - frágil no FPES (pensar formas de melhorar);
- Formação - deve ser processo desencadeado nos FLES e realizado de forma permanente; reuniões ocorrendo nas regionais de forma constante;
- Criação de fundo estadual (comissão responsável por fazer essa captação) para garantir a participação no FPES;
- Criação de comissão para acompanhamento dos participantes na Plenária - Necessidade de mapear os movimentos sociais que tem relação com a Economia Solidária e pensar como garantir o entendimento;

**Grupo 2: SEMPRE VIVA**

Apresentação:

Avaliação da participação social do movimento estadual em São Paulo - Fórum Paulista de EcoSol: Como estão as relações com outros movimentos? Quem são os agentes e/ou atores que o fórum está dialogando?

Na discussão do grupo foi identificada a ausência de informações sobre a relação do fórum com outros movimentos. Onde houve crescimento da participação política dos agentes de EcoSol? Onde houve retrocesso na capacidade de articulação política e quais são as razões? Como está a relação com a Unisol, Anteag, Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS da CUT? A avaliação do grupo é da necessidade da presença desses coletivos na plenária estadual.

A plenária estadual deveria discutir a relação política para dentro das políticas que acontece no Estado de São Paulo. Nesse sentido, é imprescindível discutir a relação partidária uma vez que o atual governo estadual não prioriza a economia solidária, desse modo, é necessário um posicionamento político da plenária de Economia Solidária etapa estadual São Paulo.

Ausências de debates na plenária estadual:

Análise de conjuntura - relato dos fóruns sobre a organização dos grupos - que papel tem os empreendimentos, fomento e gestores no tange a relação política com o Estado de São Paulo.

Proposta para a composição Fórum Estadual:

2(dois)representantes de empreendimentos de EcoSol, 1(um) representante de Entidade de Fomento e 1(um) gestor público por Fórum Regional/Local de Economia Solidária.

Totalizando: 36 membros (50/25/25)

Definir a composição executiva

Apresentação imediata do anteprojeto de Economia Solidária via parlamento com assinaturas recolhidas e em anexo um documento manifestando o apoio popular por meio de documento/cartas dos coletivos de destaque que apoiam o trabalho associado.

**Grupo 3: ORQUIDEA**

Relato:

- preparar melhor a participação das regionais na plenária (documentos)
- que as deliberações e acúmulos voltem para as regionais
- preparação dos delegados para levar proposta das regiões
- autonomia com relação a partidos deve ser garantida no espaço
- garantir autonomia financeira



- estrutura - foi debatida mais no sentido de esclarecimento
- questão para pensarmos - qual o compromisso político dos participantes? Porque as reuniões são esvaziadas?
- Movimentos sociais - precisamos conhecer melhor os movimentos com que nos relacionamos.
- Propor que na 6ª Plenária deve construir documento orientador com a participação dos FLES;

**Grupo 4: GIRASSOL (Significado Girassol: sucesso, sorte e vida)**

Relato:

Debater conteúdos que sejam atraentes na Plenária;  
Criar comissão para melhorar a comunicação;  
Capacitação - garantir  
Formar caixinha (fundo)  
Descentralização das reuniões  
Metodologia de acolhimento  
Praticidade na organização

**Grupo 5: AZALEIA**

Relato:

- Natureza do Fórum - ok
- Estrutura do Fórum - pensar no acúmulo de reuniões de alguém que representa o fórum em diversas instâncias - do local ao nacional;
- Dificuldade de recebimento das informações até os fóruns locais;
- Importante formar fundo para sustentabilidade do movimento - formação de fundo por venda de produtos doados pelos EES mensalmente para venda.

**Grupo 6: TULIPA**

Apresentação:

Movimento - papel do fórum como espaço de diálogo do próprio movimento, com poder público

Fórum é o movimento.

Políticas públicas voltadas para a ES, diálogo com sociedade civil deve passar pelo Fórum. Todo diálogo da sociedade civil passa pelo fórum.

Segmentos - 3 segmentos?

Falta movimentos sociais.

Questões: Qual o papel dos gestores? (frente parlamentar como gestora?) Diálogo com gestores é fundamental, mas deve ocorrer dentro do fórum ou se criar instâncias específicas?

Gestores - importante ter limite do papel dos gestores, gestor que já era militante faz sentido ter diálogo dentro do fórum, mas gestor não-militante deve ter diálogo fora do fórum. Diálogo com poder público é fundamental.

Frente parlamentar - faz sentido participar apenas de espaços como GT jurídico do fórum.

Ambiguidade de entidades de assessoria autogestionárias (EES x fomento)

Relato:

- Estrutura do Fórum - porque a divisão por segmentos? Proposta: garantir a participação dos Movimentos Sociais que fazem Economia Solidária em um espaço amplo de debate independente dos segmentos.
- Questão das grandes entidades nacionais da área da ES - não passam suas ações no espaço do fórum
- Garantir questão da sustentabilidade (precisamos dar conta de nos



autofinanciar)

- Dificuldade de entendimento das questões na Plenária - simplificar a linguagem usar a linguagem dos empreendedores;
- Qual o papel dos gestores e do Poder Público de modo geral nos fóruns? Como se dá o diálogo dentro e fora do espaço do Fórum;
- Tratar o espaço do Fórum como espaço de interlocução - os debates do âmbito da ES devem passar pelo Fórum;

#### **Grupo 7: MARIA SEM VERGONHA**

##### Relato:

- Maior divulgação das pautas de fóruns e compartilhar as informações nos locais, estado e nacional;
- Divulgar ES - escolas, feiras, etc. Em espaços públicos**

##### **Consolidação e deliberação - propostas organicidade:**

##### Pontos elencados para deliberação:

Fortalecimento dos fóruns estaduais - propostas

1. Descentralização das reuniões do fórum estadual (garantir todas as regionais) - **Aprovado como orientação geral;**
2. Lutar para que o Fórum seja espaço principal de interlocução para as políticas públicas - **Aprovado como orientação geral;**

##### Sustentabilidade - propostas:

1. Formação de fundo por venda de produtos doados pelos EES mensalmente para venda.
  2. Criação de fundo estadual - com captação de recursos pelo FPES
  3. Criação de fundo estadual com contribuição de todas as representações (autofinanciamento)
- Encaminhamento aprovado: Que a nova coordenação eleita monte um plano de captação a partir das três propostas apresentadas;**

##### Estrutura - Propostas:

1. Permanência ou não dos gestores enquanto segmento na estrutura dos fóruns?
  - aprovada a permanência dos gestores;**
2. Se permanece a participação de gestores, há limites na participação?
  - Não se impõe nenhum novo limite, mas se reitera a condição definida na IV Plenária em que é necessária a participação na Rede de Gestores e adesão aos princípios da Rede para que seja reconhecido no segmento de Gestores Públicos;**
3. Não divisão do Fórum em segmentos
  - Não aprovada**
4. Incorporar na estrutura do Fórum os movimentos sociais que atuam com a



economia solidária;

**Não aprovada**

5. Redefinir composição da Coordenação do FPES - Proposta de composição com 36 membros oriundos dos fóruns regionais:

- 2 EES
- 1 EAF
- 1 Gestor
- (executiva mais enxuta a ser definida)

Apresentada proposta alternativa aprovada em plenária: Composição sem fixar número de integrantes garantindo os seguintes parâmetros:

- 4 representantes por Fórum Regional reconhecido pelo FPES (2 EES, 1 EAF, 1 GP);
- 1 representante por Comissão ou GT reconhecidos na estrutura do FPES;
- apresentar suplentes para cada vaga;
- FPES deve regulamentar como as regionais enviarão suas indicações e convocar reunião para deliberar sobre executiva mais enxuta com no mínimo um membro de cada região);

**(aprovada com uma abstenção)**

Estratégia organizacional - propostas:

1. Propor para 6ª Plenária, construir o documento-base com a participação dos FLES - **Aprovado**.
2. Encaminhamento imediato do anteprojeto de lei da ES via parlamento (assinaturas recolhidas anexadas juntamente com documento de manifestação de apoio popular) - **Informado de que isso já foi encaminhado pelo FBES. Orientação geral: Regionais devem buscar assinaturas até a Plenária Nacional! (sugestão se não houver riscos junto à legislação eleitoral: regionais podem tentar colocar bancas para coleta de assinatura da lei nos dias de eleição (aproveitar que as pessoas estão com o título);**

Para encaminhar nas próximas reuniões do FPES:

- Melhorar a comunicação;
- Formação - melhorar incorporando rede de educadores;
- Melhorar a participação das delegações em processos de Plenária;
- Mapear movimentos sociais que participam da ES - construir participação nos espaços de fórum;
- Garantir que as deliberações da Plenária voltem para serem debatidas nas regionais;
- Construir espaço para a preparação dos delegados (para a Plenária Nacional).

#### ANEXO I - LINHA DO TEMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

##### DÉCADA DE 60:

- Experiências dos povos tradicionais, solidariedade (indígenas, quilombolas...)
- Democratização do conhecimento
- respeito ao meio ambiente
- Começa a se formar o movimento das mulheres



**DÉCADA DE 70:**

- Prática de trabalhos voluntários e conjuntos (mutirões, puxirões, pajuva, ajuntório...) trocas de produtos e fortalecimento da integração.
- Movimento negro
- CEBs (Comunidades Eclesiais de Base)
- 1974 - Movimento alfabetização de adultos, Paulo Freire
- 1978 - Fé e política (grupo criado dentro da igreja católica para fomentar a participação popular e a cidadania)
- 1978 - início da organização sindical dos professores, antecedendo a fundação da APEOESP.
- 1978 - Movimento moradia

**DÉCADA DE 80:**

- Criação de Associações de Pequenos Produtores Rurais no Vale do Ribeira;
- Projetos alternativos - movimento promovido pela Caritas que impulsionou a Economia Solidária em todo Brasil;
- Movimento dos direitos humanos, moradia e MST;
- 1986 - Constituinte Popular Municipal.

**DÉCADA DE 90:**

- UNIFORJA (Diadema-SP), reconstruída pela auto gestão dos trabalhadores compartilhando poder no cooperativismo;
- Fundação do Movimento dos Ameaçados por Barragem - MOAB Vale do Ribeira
- Início da implantação dos Sistemas Agroflorestais no Vale do Ribeira;
- Constituição da Cooperostrá, formada por extrativista de ostras da comunidade quilombola Mandira, município de Cananéia;
- Constituição da Associação de Moradores do Bairro Guapiruvú (Associação Água), município de Sete Barras;
- Constituição da Cooperpesca, formada por pescadores artesanais do Bairro da Prainha, município de Iguape;
- Cultura Hip Hop articula em Posses (coletivos de militantes da cultura) e a partir dessa organização desenvolve um modelo de ação via associativismo e cooperativismo, viabilizando a produção, distribuição e gerenciamento justo dos excedentes;
- Criação do espaço cultural Florestan Fernandes e MHDR, no município de Guarulhos;
- Empresas recuperadas e surgimento da ANTEAG - 1992/ Formalização em 1994;
- Surgimento de Cooperativa de Catadores, como por exemplo, a Coopamare, no município de São Paulo;
- Discussões para a formação de Cooperativas Populares;
- 1992/93 - Ação da cidadania Campo/Cidade - compras coletivas de pequenos agricultores do Vale do Ribeira e as comunidades articuladas para a ação;
- Constituição das Cooperativas de Segurança Alimentar e de Sapato, no município de São Paulo;
- 1997- Discussões para a formação do Fórum Municipal de Economia Solidária, no município de São Paulo;
- 1998 - Constituição da Coopercicla (catadores) e Cooperativa de Costura Olho Vivo, no município de Santo André;



## V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



FÓRUM PAULISTA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

- 1998- Constituição da Cooperativa de Costura e Cooperativa de Pedreira, no município de Diadema;
- 1998 - Criação das incubadoras universitárias, nos municípios de São Paulo, São Carlos e Santo André (trabalho pioneiro do professor Paul Singer na USP) e constituição da Rede de Incubadoras Universitárias no Brasil;
- 1999 - Campanha da Fraternidade com o tema "Sem trabalho... por quê?" Pipocam pelo Brasil grupos de trabalho formado por desempregados que se juntam para formar empreendimentos, com apoio da Caritas e acompanhamento da Pastoral Operária;
- 1999 - Atuação da incubadora da UFSCar no Jardim Gonzaga (bairro de alta vulnerabilidade social de São Carlos) e constituição da Cooperlimp;
- 1999 - Formação de grupo de artesãos a partir de capacitação do centro CAP de Minas Gerais, no município de Assis;
- Início dos movimentos de associações e de cooperativas de recicláveis em Campinas.

### **A partir de 2000**

- Associação regional de artesãos - Pura Arte, em Assis abrangendo 27 municípios;
- Início do processo de organização dos catadores do município de Mauá com objetivo coletivo;
- início do movimento de associações e cooperativas de recicláveis no município de Campinas;

### **2001**

- Corrida e luta dos catadores em parceria com a UNESP;
- criação da sessão de economia solidária na secretaria de ciência e tecnologia no município de São Carlos,
- Constituição de cooperativas de catadores e costura no município de São Carlos;
- Constituição da associação UNIDOS e da COOPERAGUA, no município de Sete Barras;
- Início do processo dos catadores de Assis com apoio da UNESP;
- I Fórum Social Mundial em Porto Alegre;
- Início dos pré- fóruns da ECOSOL, no município de São Paulo;
- Projeto de extensão com alunos do curso de psicologia da UNESP de Assis, trabalhando com o processo de formação da COOCASSIS;
- 2001 a 2005 - A política institucional oportunidade solidária O. P. em São Paulo ?

### **2002**

- Constituído o Fórum Oeste metropolitano de ECOSOL;
- Criação da EAACONE - Entidade de Articulação e Apoio às Comunidades Negras no Vale do Ribeira;
- I Plenária nacional de ECOSOL realizada no município de São Paulo;
- Início das políticas públicas, estruturação da coordenadoria de ECOSOL e organização de feiras e do Fórum municipal de ECOSOL em Campinas;
- Início da COOPERATIVA de recicláveis COOPERVIVA, no município de Rio Claro;
- 2002/3/4/5 - Feiras Intermunicipais (participantes de vários municípios e



## V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



FÓRUM PAULISTA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

movimentos sociais);

- Aproximação do movimento de saúde mental;
- 2001-2004 - Política pública de economia solidária no governo Marta (Oportunidade solidária) e Orçamento participativo;
- 2002 a 2005 Fóruns intermunicipais;
- É criado o NESOL-USP

### 2003

- criação do FBES, SENAES e da frente parlamentar de economia solidária;
- Formalização da Cooperativa COOCASSIS, e acesso a usina de reciclagem;
- Início dos trabalhos do Mercado Paulista Solidário no Vale do Ribeira com apoio de projeto junto ao SEBRAE por 12 meses;
- Formação da Rede de gestores públicos da ECOSOL;
- Inauguração da 1ª cooperativa de catadores de Mauá - COOPERMA, com produto inovador ambientalmente responsável (produção de varal Pet);
- I Plenária Estadual com feira ECOSOL em Campinas (1ª plenária estadual, as 1ª e 2ª plenárias nacionais não tiveram as etapas estaduais)
- Constituição da Cooperativa Família do Vale;
- Formação de Agentes de economia solidária pela SENAES, nas comunidades quilombolas;
- Fortalecimento de formação política através de Fóruns municipais e regional, e aumento da participação política com protagonismo evidente da história;

### 2004

- Encontro realizado em Brasília entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde que resultou na cartilha sobre saúde mental e ECOSOL;
- Associação PURA ART é contemplada pela ação do SEBRAE, com estrutura de feiras de ECOSOL;
- Criação da associação Rede Cananéia;
- Criação do Comitê Oeste Paulista de catadores com três polos: Assis, Ourinhos e Presidente Epitácio, constituído com vinte e quatro cooperativas e associações;
- Criação da lei dos resíduos sólidos;
- Criação da Rede ABC de catadores hoje denominada Rede ABCDMRR;
- Legalização de sete cooperativas do município de Guarulhos;
- Seminários de Centros Públicos ?;
- Legalização de sete cooperativas em Guarulhos;

### 2005

- Nasceu IDESTE - Instituto de Desenvolvimento de Territórios, com vinte e sete municípios incluindo grupos de agricultura familiar;
- Processo de mobilização para instaurar o Centro Público de ECOSOL;
- Aprovada a lei de ECOSOL em Osasco;
- Empreendimentos de ECOSOL assessorados pelo Consulado da Mulher;
- GT jurídico em parceira com Frente Parlamentar;
- 3ª Plenária de ECOSOL na COOPERINCA - FBES;
- Execução da Agenda 21 no Vale do Ribeira, paulista e paranaense, em conjunto, que resultou no Plano Territorial de Desenvolvimento Regional sustentável-PTDRS;



#### 2006

- Formalização da incubadora de cooperativas populares da UNESP, Campus de Assis;
- Oficialização do Fórum municipal de ECOSOL em Campinas;
- Decreto que regulamenta a incubadora pública em Osasco;
- Osasco sedia a Conferencia Estadual de ECOSOL;
- Retomada do Mercado Paulista Solidário no Vale do Ribeira sob nova visão mais ampla e integradora, com apoio de convênio junto ao MDA;
- Programa de ECOSOL entra no Plano Plurianual 2006/2009;
- Primeira Conferencia de ECOSOL Estadual e Nacional;

#### 2007

- Primeiras reuniões no Estado de São Paulo sobre projetos de trabalho ?
- Inauguração do Centro Público de ECOSOL em Osasco;
- Etapa Estadual da IV Plenária e Feira Estadual em Santo André;
- Feira de troca de sementes crioulas onde?;
- Anterior a 2008 participação dos gestores públicos na Rede (Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá);
- 3º encontro municipal de ECOSOL em São Carlos;

#### 2008

- Constituição da Rede de saúde mental e ECOSOL;
- Inauguração das duas centrais de triagem de materiais recicláveis onde?;
- Projeto TEAR e outros serviços de saúde mental dão início a sua participação na Rede de saúde mental e ECOSOL no Estado de São Paulo, também da Rede de ECOSOL de Guarulhos participando das feiras solidárias e contando sempre com o movimento antimanicomial;
- Feira solidária em Guarulhos e encontro de comunidades tradicionais e saúde mental;
- Aprovação de leis municipais de ECOSOL em Diadema precedida de processo de discussões em anos anteriores;
- Inauguração do centro Público de ECOSOL em São Carlos;
- Cerca de vinte empreendimentos de ECOSOL em São Carlos;

#### 2009

- I curso de multiplicadores em saúde mental e ECOSOL com sessenta formandos em São Paulo;
- UNIARTE - empreendimento de artesanato e cultural resultado a integração e vários artesões individuais que hoje participam ativamente do Plano municipal de cultura, para criação de cultura e valorização do artesanato com o movimento de ECOSOL;
- Prefeitura de Rio Claro cria o Programa de ECOSOL; Rodas de conversas com empreendimentos de economia solidária, fomento, gestores; Participação no Fórum de São Carlos; Mapeamento SIES ?; Rede de gestores; Convênio PAA-Programa de Aquisição de Alimentos;
- Criação do grupo de mulheres da biomassa da banana verde em Registro;
- Início da atuação do ICA-Instituto de Cooperativismo e Associativismo no Vale do Ribeira;



## V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



FÓRUM PAULISTA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Vale do Ribeira começa a participar do CFES;
- Primeira feira regional de ECOSOL onde?;
- IV Encontro municipal de ECOSOL em São Carlos;
- Marco legal de ECOSOL no município de São Carlos;
- I Feira de ECOSOL em São Carlos;
- Após início da conquista da lei municipal início do projeto de incubadora pública;
- I Fórum de ECOSOL em Artur Nogueira;

### 2010

- Inauguração do Fórum regional de ECOSOL em Campinas com atuação mais ativa das cidades: Campinas, Salto, Artur Nogueira, Indaiatuba, Hortolândia, Rio Claro e Várzea Paulista;
- Participação de São Carlos na CONAES;
- Criação da lei de ECOSOL em São Carlos em 08-03-2010;
- I Conferencia regional de ECOSOL em São Carlos;
- Lei de redução do ISS para cooperativas - São Carlos;
- Aprovada a lei de ECOSOL em Carapicuíba;
- Conferência regional em Várzea Paulista;
- Etapa Estadual da 2ª CONAES - em Campinas - na Estação Cultura;
- II CONAES em Brasília;
- Criação da cooperativa do frango em Artur Nogueira;
- Artur Nogueira participa do curso de Formadores em ECOSOL, do Fórum Paulista e da coordenação do Fórum regional Campinas;
- II Conferencia de ECOSOL Estadual e Nacional;
- Convenio UNESP/prefeitura de Rio Claro para desenvolver ações da ECOSOL;
- Fórum de rio Claro e região: Itirapina, Santa Gertrudes, Araras, Cordeirópolis, mensalmente;
- Participação no CFES (duas pessoas)?;
- Participação no Fórum Mundial em Santa Maria - Rio Claro;
- I Conferencia nacional da Cultura e ECOSOL sediada em Osasco;
- Institui-se lei municipal de ECOSOL em Osasco e cria-se o Fórum municipal de ECOSOL, com participação dos empreendimentos de ECOSOL, entidades de fomento e gestão pública;
- Criação do Fórum regional de ECOSOL no Vale do Ribeira;
- Criação da lei municipal de ECOSOL em Registro - Vale do Ribeira;
- Participação de representante do Vale do Ribeira no curso de logística em ECOSOL à distância - MDA;
- Primeira oficina de qualificação do PTDRS no Vale do Ribeira e demais territórios trabalhados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA;

### 2011

- Criação do Conselho municipal de ECOSOL em São Carlos e do Fundo de ECOSOL;
- Conferencia municipal criada em Lei - São Carlos;
- Lei do MEI - base para lei do município de São Carlos;
- Conquista do Espaço Solidário (local de comunicação com apoio público) em São Bernardo do Campo;
- Aprovado o Fundo municipal de Desenvolvimento e Inclusão Produtiva;



- Aprovada a lei de EOCOSOL?;
- Participação de Rio Claro no curso de gestão pública em ECOSOL pela SENAES - uma pessoa;
- Parceria SEMPRE e TETRA PACK/ Fórum regional dos catadores;
- Fórum regional Campinas Fórum regional Paulista;
- Projeto SENAES 003 (ações integradas) e 004 (catadores);
- Seminário ECOSOL com presença do deputado Newton Lima;
- 1ª feira de ECOSOL de Rio Claro e região;
- Associação Arte Nativa UNIFESP;
- Feira de ECOSOL em Cananéia;
- Segunda oficina de qualificação do PTDRS no Vale do Ribeira e demais territórios trabalhados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;

#### **Anexo II: Relato Mesa com Deputado Estadual Simão Pedro (Tânia)**

Palestra do deputado estadual Simão Pedro - Nós vivemos no final do ano passado o que considera uma grande vitória com a aprovação do projeto de lei (de sua autoria) um instrumento de construir a economia solidária no Estado de SP.

Não esperava (dada a prática geral) que o governador sancionasse, embora foi tirada a questão do fundo, e quer aqui um reforço de cada um de nós no sentido de regulamentar a lei.

Depois de 9 anos de aplicação de recurso do governo federal na agricultura familiar com novos programas etc, o governo do Estado cria agora um programa para atender essa classe, o PPAES... o projeto foi sancionado, foi muito debatido recebeu apreciação de muitas pessoas, fizeram sanções, etc.

O movimento da economia solidária vem sendo construído aos poucos com muita luta e organização. Demos um salto aqui no Estado de São Paulo com a secretaria nacional, com Paul Singer, com tudo que ele fez, foi um passo muito importante para o avanço da ECOSOL, para as camadas da população...

Depois as atuações de gestões municipais de esquerda que contribuíram com experiências exitosas que calam a boca de extratores das políticas...

Foi uma luta grande e teve apoio de vocês, a lei que cria a formalização de cooperativas de trabalho, que sofriam com medidas que o governo do Estado excluía-as de licitações, compras públicas, serviços etc.

Temos ainda lutas para fazer, aqui em São Paulo na regulamentação dessa lei, depois buscamos aplicar esse instrumento aqui, e as outras leis com a deputada Luiza Erundina que cria e regulamenta as ... e a do senador Suplicy que cria .... quero parabenizar vocês pela manutenção do Fórum como instrumento ...

Apresenta a lei que nomearam como programa Estadual de fomento a econômica solidária, que é simples porque o que vai definir os detalhes é o regulamento: Secretaria que vai atender a ECOSOL, orçamento, etc.

Precisamos formar um GT que pense como chegamos ao governo do Estado...

Debate:

Deveria entra na lei a questão de formação do Conselho de ECOSOL;

Alguém na câmara dos deputados se lembra do pessoal da suade mental, para apoio às nossas feiras? Porque estamos conversando e estamos nos unindo e vamos convocá-los na câmara;

Eu e alguns amigos gostamos de cozinhar e gostaríamos de criar uma Cooperativa e entrar em escola pública para cozinhar, podemos organizar isso? Formar uma cooperativa de trabalho conforme a nova e lei para Cooperativa de trabalho, e executar o que queremos? Há diferença entre Cooperativa de trabalho, mas as Cooperativas de ECOSOL são Cooperativas de trabalho, seria uma facilidade que o governo liberasse;

Na questão de saúde mental, se o usuário da saúde mental que esteja recebendo algum benefício entrar na Cooperativa perde o benefício? Ou por estar na cooperativa atuando com ECOSOL ele continua recebendo o benefício?



A lei ainda não foi regulamentada, mas está previsto repasse de orçamento do Estado aos municípios para apoio em nível coletivo?

Respostas: Havíamos pensado no fundo para apoio a ECOSOL para eliminar os entraves, e avançar com um conselho de gestão para esse fundo. As vezes o interesse econômico do governo do Estado ajuda a que ele atenda a demanda necessária. Estamos trabalhando no sentido de se ter uma rubrica orçamentária. No caso da saúde mental não chegamos a esse nível de detalhamento, mas pensamos em muitos princípios, que se criar na saúde mental um grupo que se configure com a RCOSOL, vai ser atendido.

Há concordâncias e discordâncias para que as comunidades assumam mais as escolas. O projeto do deputado Amilton visa maior participação dos pais dos alunos inclusive de usarem o espaço da escola nos finais de semana, e aproximar mais as comunidades da gestão das escolas... mas há máfias, denúncias como no caso do PNAE, o governo federal deu um paço importantíssimo com a exigência da compra das comunidades locais, e agricultura familiar, mais ainda é feito de forma muito tímida, e precisamos avançar na lei, no sentido de que a produção da ECOSOL seja considerada, mesmo com o debate da questão de escala, mas teremos que enfrentar esse debate.

A pessoa que está recebendo benefício social como o LOAS perde se entrar na Coop de ECOSOL.

Perdemos a oportunidade de desenvolver convênios com instituições e governo federal para desenvolver programas como o da PNAE, utilização de espaços públicos, que temos muitos fechados, não usados, que poderiam ser organizados, e usados para feiras, etc. Mesmo no governo federal temos na antiga FEPASA, Mogiana, etc que poderiam ter destinação favorável. Se vocês quiserem tenho esse mapeamento por município, posso passar depois. O governo federal teve uma iniciativa para socializar os espaços para uso social includente.

Queria reforçar com vocês, a ajuda para um esforço com o Estado para regulamentação da lei. Fiz uma lei que determina que os alojamentos dos trabalhadores como o pessoal da cana, atenda os requisitos necessários, digno, por denúncias que os alojamentos nem banheiro tinham. Então, essa lei não foi ainda regulamentada, mas o ministério público já está usando para entrar em ação contra empresa que não se valem de atender os trabalhadores adequadamente. Tudo será feito após o período eleitoral, pois estou coordenando a campanha do Haddad, ou se vocês quiserem tirar uma comissão para logo após as eleições fazermos uma reunião nesse sentido podemos combinar.

Continuidade do debate permitiu outros depoimentos, questionamentos e sugestões: A questão do desenvolvimento territorial com várias iniciativas do governo federal é um avanço, mas com sérias implicações porque não há lei para regulamentar as ações dos territórios, por ex. quando se aprova projetos que as entidade não conseguem executar porque o jurídico não aprova, etc. Outro detalhe, o repasse de recurso não vem para os empreendimentos, só vai para o poder público que recebe tanto dinheiro e faz o que quer. Isto são coisas, para a frente parlamentar que já tem feito várias atuações, e pode fazer mais esta, para conseguirmos recurso do BNDES como os bancos conseguem etc.

Em São Carlos o gestor municipal prioriza e já faz todo trabalho para atender a ECOSOL...

Na época de infância ia pra roça com os pais e não trabalhava mas brincava ali, e aprendia brincando, hoje as crianças ficam na rua ou nas novelas, e não aprendem nada, por não introduzirem nas escolas o estudo da ECOSOL.

Gilberto indígena reconhece o trabalho e atuação dedicada do deputado Simão Pedro, e pleiteia apoio aos povos indígenas que hoje são 47 aldeias principalmente as mais antigas vêm sofrendo muito devido estarem no meio da cidade, uma selva de pedra que é a cidade de São Paulo, e esses povos já faziam ECOSOL há milhares de anos. O governo do Estado impede desses povos venderem seus artesanatos, os mesmos apanham, e o governo está unido com a polícia militar GCM, que levam embora todo artesanato produzido nas aldeias, ainda sofrem prisão, etc. Como esses povos podem sobreviver com respeito a sua produção e meio de sobrevivência? Como o deputado pode ajudar nesse sentido?



## V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



FÓRUM PAULISTA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tem artesanato que foi tomado deles e nem a FUNAI até hoje conseguiu resolver e resgatar de volta...

O grupo de Marília discutiu sobre a questão de regulamentação, então querem saber como está a parte do acordo com a lei nacional?

Respostas do deputado Simão Pedro:

Nossa intenção é regulamentar de acordo com a lei estadual, mas podemos incluir essa questão da lei nacional de repasse do 1% ...

Estou cansado de tentar convencer esse governo do estado sem êxito, o ideal é trocar esse governo. Há setores produtivos que estão abandonados e não há mercado regulamentado... Tudo é muito limitado. A idéia desse governo é limitadíssima, a idéia de participação para eles é inaceitável... Nem o orçamento aqui no estado é regionalizado, não se sabe o que vai ser aplicado em cada região, aqui a margem de manobra é muito terrível, fica difícil monitorarmos, mas vamos atrás quando temos denuncia... No sábado passado aconteceu um fato, não temos espaço para atuação, e quando chegamos para reunião havia uma grande força policial para impedir o trabalho, e tivemos que fazer um ato muito rápido e sair, e era em uma população de área de risco, mas eles ocupam o espaço com muitos carros de policia para impedir tudo, etc é muito absurdo acontecendo...

Vamos levar para a frente parlamentar as propostas da Rita sobre fortalecer os territórios. Já no tempo de FHC criticávamos o BNDES por financiar as micro empresa com apenas 1% e vamos reforçar isso para ECOSOL.

Hoje a concepção da luta contemporânea é pela escola integral para que a criança e adolescente fique o dia todo na escola não só estudando mas tendo capacitação em cultura, música, etc, e a própria escola pode ajudar que eles aprendam para estimular que os pais não ponham as crianças no trabalho mais cedo, a idéia é que os pais também, não incentivem a ficarem nas novelas, nem na rua.

Vai ter um encontro em dezembro que podemos por essa agenda da Rita etc, me coloco a disposição e deixo o desafio de nos ajudarem na regulamentação da lei em São Paulo.